

Direito

A UTILIZAÇÃO INOVADORA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO SISTEMA JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Wesley dos Santos - 2º Módulo do curso de Direito, bolsista PIBIC/UFLA

Fernanda Gomes e Souza Borges - Orientador, DIR, UFLA. - Orientador(a)

Resumo

Atualmente o Judiciário brasileiro sofre com um número excessivo de processos em aberto, críticas sobre suas decisões e certa desconfiança por boa parte da sociedade. Há diversas discussões a respeito de possíveis soluções para cada uma dessas questões, mas até então, não há ainda um caminho definido. Em paralelo, a tecnologia que poucas épocas atrás era emergente, hoje é crucial para o dia-a-dia das pessoas. A sociedade em geral vive uma verdadeira revolução tecnológica na comunicação, nas profissões e até mesmo nas relações sociais. Cada área da sociedade foi de alguma forma atingida pelo progresso tecnológico e por muitas vezes, de maneira muito positiva. Devido a essa situação é inegável que o avanço da tecnologia chegue no âmbito do direito, surgindo diversas discussões sobre o impacto de sua aplicação, e a chegada da inteligência artificial. O objetivo deste trabalho é conhecer, apresentar e descrever o inovador uso da inteligência artificial no sistema Judiciário brasileiro e seus impactos positivos e negativos, para que se compreenda o futuro do direito. A pesquisa consiste na leitura e fichamento das bibliografias primárias para entendimento teórico de conceitos e utilização teórica da inteligência artificial no direito. Com base na dogmática apresentada, é preciso identificar, conhecer e avaliar os diversos usos práticos em andamento e apresentar sua influência na área de aplicação. Partindo desse pressuposto, é possível identificar as utilizações teóricas e práticas, sua influência positiva ou negativa, além da possível transformação no âmbito do judiciário brasileiro. De acordo com o embasamento teórico, foi possível à princípio, conhecer diversas utilizações possíveis da IA, além de identificar diversos usos práticos como o projeto Victor desenvolvido na parceria entre o STF e a UnB que visa agilizar e organizar os processos possibilitando uma maior organização. Além da Resolução n. 332/2020 do CNJ que atribui a Plataforma Sinapses, desenvolvida no programa “Justiça 4.0”, diversas responsabilidades como auditar, monitorar, e regulamentar as inteligências artificiais emergentes e utilizadas no judiciário brasileiro.

Palavras-Chave: Inteligência Artificial, DIREITO, TECNOLOGIA.

Instituição de Fomento: UFLA.

Link do pitch: <https://youtu.be/BfnbAL6lKc4>